

Igreja participa da luta

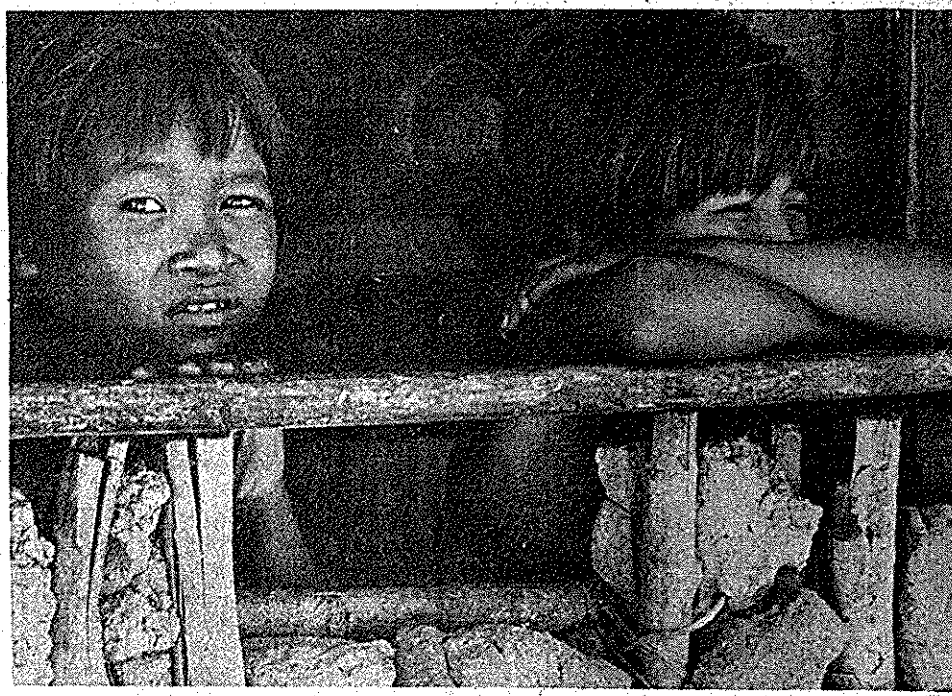
E o tema é "Paz e Terra Para os Povos Indígenas"

"Este ano será mais um passo da Igreja em direção às comunidades indígenas". Assim, começa o documento com que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Comissão Indigenista Missionária convida todas as dioceses e prelazias ("mesmo aquelas onde não existam mais povos indígenas") para promover a "Semana do Índio", que começa amanhã e termina dia 25. O documento faz parte do boletim "Caminhar Juntos", da Diocese de Juazeiro e, segundo o bispo D. José Rodrigues a CNBB/CIMI propõe como tema "Paz e Terra para os Povos Indígenas" e como lema "O Índio, Aquele Que Deve Viver".

O Conselho Permanente da CNBB, segundo D. José, afirma no documento que "Toda a população envolvente e, em particular, todos os cristãos, são co-responsáveis pela sobrevivência ou não dos 220 mil índios que vivem neste Brasil agora". E sugere que a comemoração se dê como uma semana de Evangelização. Depois de citar vários exemplos de exploração e descaso contra os índios brasileiros, o documento conclui que "na visão integral dos povos indígenas, a defesa da terra faz parte da própria evangelização".

SEM TERRA, NÃO HA PAZ

O lema "O Índio, Aquele Que Deve Viver", segundo a CNBB, resume a meta de toda a ação pastoral da Igreja: ajudar os homens a encontrar a vida, a "vida em abundância", cita o apóstolo João. A Semana do Índio, conforme o documento, "quer ajudar-nos a conhecer melhor as condições de sobrevivência destes povos primeiros do país, que de cinco milhões no tempo da conquista fora re-



Os índios são expulsos de sua terra, aviltados em sua cultura. Mas tem algum apoio

duzidos a 220 mil indivíduos". E o tema "Paz e Terra para os Povos Indígenas" indica que "a paz destes povos depende da garantia de suas terras. Esta é a lição que a história nos dá: sem terra, não há paz entre os povos indígenas, há morte e ameaça de sua extinção".

Mas a CNBB ressalva que, hoje, geralmente, as propostas de paz partem da premissa da escassez dos bens: faltam alimentos, terra, trabalho, moradias, mercados e que "se

superarmos a escassez de produtos, superamos também, com isso, os conflitos de uma sociedade de nações dilaceradas por esses conflitos", o que, para os bispos, é uma conclusão errônea. Acha a CNBB que, "em nosso caso, que estamos preparando a Semana do Índio, a terra se tornou escassa pelo crescimento da população e por sua apropriação e distribuição. Assim, a posse e a propriedade da terra interfere na paz dos povos".

"BOA NOTÍCIA"

— Na visão integral dos povos indígenas, a defesa da terra faz parte da própria evangelização. E fundamento de responsabilidade antropológica e da credibilidade pastoral da Igreja. O Evangelho como Boa Nova responde à Má Notícia que ameaça estes povos. A Má Notícia em torno das terras indígenas não se refere apenas ao roubo da sua terra, mas, também, à interferência no cultivo desta terra, à interferência econômica e cultural. Projetos estritamente desenvolvimentistas sempre forçam os povos indígenas a produzir mais para um mercado que lhes fornece em troca bens de que até então não precisavam e que inevitavelmente criam novas necessidades e dependências.

Depois dessa avaliação, a CNBB sugere que o apoio aos povos indígenas não é, apenas, uma "prestação unilateral onde somente nós somos benfeitores". Pelo contrário, na defesa dos povos indígenas "descobriremos muitos valores que nossa sociedade perdeu. Os índios poderão ser nossos mestres no trato da terra e no amor a este primeiro dom gratuito de Deus. Eles podem ajudar-nos a nós que vivemos, às vezes, perdidos no meio de uma sociedade regida pela competição individual, pela estratificação racial e social e pela acumulação desigual.

E conclui: "Os índios não cobram o respeito pela alteridade. Terras de missões foram sempre terras onde se descobriu o ecumenismo. Se queremos bem aos povos indígenas, não devemos dividi-los pela religião. Nossa tarefa mais nobre de evangelizadores é uni-los fortalecendo sua autodeterminação e ser ponte para a "Vida em Abundância".

Programação

A Associação Nacional de Apoio ao Índio — seção Bahia (ANAI), continua dando seu "grito de alerta" para que a sociedade tome consciência da gravidade da questão indígena não só na Bahia como no Brasil. E amanhã, mais uma atividade será realizada dentro da programação da "Semana do Índio", uma manifestação pública, ao meio-dia, no Campo Grande, com a apresentação de um espetáculo por um grupo de atores baianos.

Na oportunidade será divulgada à imprensa uma nota denunciando a "hipocrisia das comemorações oficiais em torno do "Dia Nacional do Índio", desde quando a entidade não vê nenhum motivo para festas diante da triste realidade dos povos indígenas. Para os membros da ANAI, as atividades dos antropólogos, cientistas sociais e pessoas interessadas na problemática indígena é que significam uma oportunidade de tentar formar uma consciência de solidariedade nacional para com os índios.

Na última sexta-feira, foi lançado o livro "Os Povos Indígenas da Bahia", fruto de pesquisas junto a todos os grupos existentes no território baiano pela ANAI, visando dar uma formação real e precisa da situação dos povos indígenas que conseguiram sobreviver a toda sorte de exploração do grande capital.

Não há motivo para festa

"Todo dia era dia de índio" — antes do extermínio de cinco milhões que existiam na época do descobrimento do Brasil, hoje reduzidos a 200 mil em todo o país. Por isso, antropólogos, profissionais liberais e outros interessados na causa indígena indagam: "comemorar o que no "Dia Nacional do Índio" definido pelo calendário oficial como sendo 19 de abril, portanto amanhã? Não há "nenhum motivo para festas", pelo menos na opinião dos membros e do presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio — seção Bahia (Anai), Ordep Serra.

Como lembra o compositor e cantor Jorge Ben, numa das suas músicas mais tocadas nos últimos meses, o índio que "na sua glória era" um "exemplo puro e perfeito, próximo da harmonia, da fraternidade e alegria de viver", hoje apresenta "um canto triste" significando "o lamento de uma raça que já foi muito feliz". Nesse sentido, as comemorações oficiais por parte da Funai não passam de "uma festa ridícula", e nas escolas as crianças fantasiadas de "índios americanos" longe estão de saber a realidade desse povo.

E não é preciso sair da Bahia para se ter um quadro da triste realidade dos povos indígenas, também vítimas da imposição de um modelo sócio-econômico que só beneficia o grande capital — as potentes empresas agropecuárias e mineradoras que tomam suas terras. No território baiano conseguiram sobreviver às "exigências do colonizador, e continuam resistindo tenazmente", os grupos "Pataxó", "Pataxó Hahãhã", "Kiriri", "Kaimbé", "Tuxá" e "Pankararé".

De acordo com o livro recém-lançado, "Os Povos Indígenas na Bahia", pela Anai, esses grupos vêm se afirmando como tal, desenvolvendo novas formas de luta que fortalecem a sua identidade como povo, com direito à autodeterminação. Para isso, tem revivido as suas práticas rituais ("Toré", "Praia", "Particular") e as retrasmittindo nas umas aos outros, retomando algumas das suas atividades econômicas originais, como produção artesanal, e chegando mesmo a tomar de empréstimo a língua daqueles que a conservaram.

responsável pela publicação — tem reforçado a sua identidade e nos dado exemplo admirável de coragem e força. Estão a exigir os seus direitos à garantia das terras onde habitam, à retomada daquelas de onde foram expulsos à sua liberdade de comunicação e decisão. Finalmente, estão lutando para que esse país seja efetivamente reconhecido como país que contém uma pluralidade de etnias que só podem sobreviver na medida em que sejam respeitadas as suas características sócio-culturais.

Mas enquanto isto, esses índios vão enfrentando uma série de problemas graves para os quais a Anai pretende alertar a toda sociedade, sobretudo em relação a questão da terra que eles tratam carinhosamente de "mãe". Em janeiro do ano passado, o bispo de Goiás Velho, D. Tomaz Balduino, acentuava que todos nós precisamos entender "o relacionamento do índio com a terra". No entanto, para explorar minérios, construir estradas (Tranzamazônica) os brancos os mataram e assim continuam direta e indiretamente.

Na Bahia

Os Tuxá

As terras dos Tuxá estão para ser inundadas — uma área de 100 quilômetros — com a implantação do Complexo Hidrelétrico de Itaparica. "Nem a CHESF teve a dignidade de entrar em contato com os índios para discutir a questão, nem a Funai a decência de tratar o assunto como ele merece", diz a Anai, que faz uma pergunta ao governo: "qual a sua pretensão, afogar os tuxás, sem aviso prévio? ou vão impor solução de gabinete forjada por tecnocratas incompetentes que não sabem o que é um camponês da área? Se ouve falar numa solução nazista: exilar os índios na Ilha do Bananal. Esse grupo vive na cidade de Rodelas, constituindo-se a sua aldeia num prolongamento da área central da cidade a noroeste acompanhando o curso do Rio São Francisco — existem hoje 650 indivíduos Tuxás.

A situação, hoje

Os Pataxó

O IBDF tomou conta da maior parte do território indígena dos Pataxós e "um administrador fascista segundo denúncias dos próprios índios a ANAI, tem usado de violência para impedir que eles coletem mariscos no mangue para a sobrevivência da comunidade, o que os leva à fome", diz o presidente da associação, Ordep Sena. Seu território é a Aldeia de Barra Velha localizada nos limites meridionais do município de Porto Seguro. Mas possuem dois outros núcleos, o de Embiriba e o de Coroa Vermelha. A partir da criação do Parque Nacional de Monte Pascoal coube apenas aos Pataxó 8.720 hectares dos 22.500 que compõem o parque, uma área extremamente reduzida para as suas necessidades, que abrange terrenos, em sua maior parte, impróprios para a agricultura (brejos, faixas arenosas e campos). Ali o clima é de revolta entre os aproximadamente 1.800 Pataxó.

No Brasil

Os Nambikwara

"O povo Nambikwara perdeu a sua paz. Até o começo deste século mantiveram-se livres das frentes de expansão da sociedade nacional. Com uma população entre 10 e 20 mil pessoas, ocupava uma área de 5 milhões de hectares no nordeste de Mato Grosso e sul de Rondônia. O contato pacífico se deu em 1910, com a Comissão Rondon. Em 1960, com a abertura da estrada Cuiabá-Porto Velho (BR-364), começou a invasão do seu território. Grandes grupos econômicos instalaram fazendas no Vale do Guaporé, território imemorial dos Nambikwara. Para os fazendeiros foram expedidas Certidões Negativas — documentos

tornecidos pela Funai atestando que ali não havia índios —, para eles foi construída estrada, da mesma forma que, hoje, para responder aos seus interesses, a BR-364 recebeu um novo traçado. A rodovia, que será asfaltada com financiamento do Banco Mundial, atravessará os campos de caça e as cavernas sagradas dos Nambikwara. Para onde foi a paz deste povo? Foi soterrada pelas rodas das motoniveladoras que abrem o novo traçado. O que foi feito deles? Dos 10 a 20 mil que eram no começo do século reata 570 pessoas mendigando entre a margem da estrada e o arame farpado que lhes retalhou a terra".

Pankararé

Os índios pankararé continuam sem ser conhecidos como índios pela Funai que se recusa sistematicamente a atender suas reivindicações reiteradamente formuladas pelo próprio povo Pankararé e pelas diversas entidades nacionais de apoio à luta indígena. A situação é tensa, pois há sempre hostilidade dos não-índios contra eles. O chefe Pankararé foi assassinado em 78 — cacique Angelo Pereira Xavier — mas até hoje o crime permanece impune. Existem entre 1.500 a 1.800 indivíduos pankararé concentrados majoritariamente em Brejo do Burgo, município de Nova Glória, a cerca de 40 quilômetros a sudoeste da cidade de Paulo Afonso.

Pataxó hãhãhã e os Kaimbé

Os Pataxó Hãhãhã e os Kaimbé também permanecem esperando a demarcação de suas terras e medidas efetivas para proteger seu patrimônio. Mas a Funai continua surda, apesar de não deixar de apoiar aos interesses antiindígenas. Os Pataxó Hãhãhã (reserva Paraguassu-Caramuru, municípios de Itaju do Colônia, Paulo Brasil e Camacã) sempre sofreram a cobiça dos grandes fazendeiros regionais, interessados na expansão de suas lavouras de cacau e pecuária; e os arrendamentos e invasões da reserva levou progressivamente a dispersão da população indígena, e a sua incorporação como mão-de-obra nas fazendas invasoras. Já os Kaimbé localizam-se no município de Euclides da Cunha na vila Massacará e em seus arredores, sertão norte da Bahia. Por ocasião da Guerra de Canudos eles foram violentamente expulsos de suas terras por grandes proprietários — um marco de enfraquecimento de sua etnia.

Kiriri

"Continuam sendo tapeados pela Funai", frisa Ordep Sena, "esperando a homologação da demarcação de suas terras e as providências para que entrem no real usufruto delas. O povo Kiriri vive em Mirandela, município de Ribeira do Pombal, nordeste da Bahia. Compreende uma população de 1.700 índios agrupados em pouco mais de trezentos grupos domésticos, distribuídos de forma desigual entre os núcleos, estando sujeitos a migrações sazonais, sobretudo em períodos de maior estiagem. Os trabalhos de demarcação das terras estão longe de encaminhar uma solução

Os Asurini

"Os Asurini são um povo que conta dez anos de contato direto com agentes da sociedade nacional. Em 1931 eram 200 índios. Atualmente estão reduzidos a 53 indivíduos, vivendo à beira do igarapé Ipiçava, margem direita do médio Xingu. Nos últimos dez anos foram vitimados pela tuberculose e pressionados pela sociedade nacional, por crises internas da sua cultura, por desânimo face à vida. Seu território não é demarcado e a construção de uma das hidrelétricas do Xingu vai inundar grande parte da sua terra. Depois do contato, depois da "pacificação" como chamamos este contato, a comunidade Asurini ficou desestruturada, enferma, desolada e alternativa que lhe resta parece uma só: desaparecer".

Os Yanomami

"Há todo um esforço de indígenas, missionários, antropólogos e artistas para a criação do Parque Yanomami. O povo Yanomami conta com uma população de 16.400 indivíduos que habitam a região da fronteira Brasil-Venezuela. São no território brasileiro são 8.400 Yanomami ameaçados pela presença de grandes mineradores, dos garimpeiros e da Estrada Perimetral Norte. Este é, como o povo Tukuna, do Alto Solimões, um dos últimos grandes grupos indígenas vivendo em terras do Brasil e que ainda mantêm intactas suas tradições, sua cultura e sua organização social. A campanha pela criação do Parque Yanomami já faz muitos anos que se está travando sem resultado definitivo. O Parque, como um território contínuo, é a única maneira de garantir aos Yanomami a sobrevivência, cada dia mais ameaçada".

Extraído do boletim "Caminhar Juntos, da Diocese de Juazeiro

O Índio com a palavra

A questão indígena no Brasil é debatida há muitos anos. E os próprios índios participam desse debate. Fazem suas assembleias, reuniões, encontros e discutem seus problemas. A seguir, um resumo de algumas de suas intervenções nestas assembleias, publicadas no boletim "Caminhar Juntos", da Diocese de Juazeiro:

Fala do Bororó Eugênio Rondon: "Quando nossos antepassados viviam nos matos, não precisavam do sal, da rapadura, remédios... Tiveram tudo do mato; remédio de cobra e ar-aia. Através dos tempos, sofremos as doen-

ças dos brancos. Os antepassados nunca viviam só 50 anos; viviam, 100, 120, até 150 anos. Usavam fumo do mato que não tem nicotina.

Tinham uma bebida que era feita do suco de palmeira do babaçu. Não tinha as confusões que tinha o branco. Os meninos respeitavam o avô, os mais velhos, o moço tinha grande respeito, até que casasse, não se sala do "baito", casa central. Nosso costume era assim. Hoje a nossa natureza está estragada, contaminada. É difícil fazer casamento. A doença do branco entrou, nós rejeitamos nosso irmão. É triste para nós. Se não trocarmos

esse sistema, nossa tribo vai desaparecer em poucos anos".

Fala do Kayabi Mairauê: "Antes da chegada do branco meu povo também era livre como os Txukarramên. Depois da chegada do branco toda a nossa vida começou a ficar ameaçada. Nossa lugares santos estão sendo profanados. Podlamos fazer nossas festas e nos pintar. Fazer corrida, cantar e lutar o "hukahuka". Com o branco isso tudo ficou ameaçado".

Fala do Palikur: "Meus amigos, esta é uma reunião histórica. É a primeira vez, da história dos nossos povos, que nós estamos reunidos em

Assembleia para discutir problemas dos índios e tomar resoluções. O problema da nossa terra é sério, muito sério. Podemos ficar sem ela. Muitos de nós estão dormindo porque não sabem, aliás não conseguem entender que o índio pode perder a sua terra. Amigos, estou dizendo, temos que nos unir e lutar juntos. Sinto amor pelo meu povo: eles são gente também. Nós temos que defender a nossa terra da invasão dos civilizados. O meu coração sofreu desilusão quando soube que, nós não somos proprietários da terra. A nossa terra não está assinada por lei, por decreto. Essa eu não sabia não!"